



NOTA PÚBLICA DO SINDCOPSI

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores e das Trabalhadoras da Saúde Indígena (SINDCOPSI) vem a público divulgar e denunciar o que vem ocorrendo no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, um Subsistema do SUS (SASISUS), criado em 1999 exclusivamente para executar ações de saúde indígena para os 305 povos indígenas que vivem nas cinco Regiões Geográficas do Brasil, cuja gestão é de responsabilidade do Ministério da Saúde (MS), e solicitar à ministra da saúde, Nísia Trindade, e ao presidente Lula, intervenção para impedir as INJUSTIÇAS PRATICADAS NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS DA SAÚDE INDÍGENA QUE ESTÃO SENDO DEMITIDO, INCLUSIVE POR SORTEIO OU POR FAZEREM PARTE DESTE SINDICATO, FATO QUE TEM ACARRETADO MUITOS SOFRIMENTOS E ADOECIMENTOS MENTAIS AOS TRABALHADORES E ÀS TRABALHADORAS DO SASISUS neste final de ano de 2024.

As ações de saúde indígena e saneamento básico nas aldeias são de responsabilidade da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), órgão do MS criado pelo presidente Lula em 2010, e dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígena (DSEI) localizados em todo o país.

Os trabalhadores e as trabalhadoras de saúde indígena, responsáveis pela execução destas ações, são contratados por meio de convênios com Organizações Sociais (OS) que estão prorrogados até 31/12/2024, mas que foram condenados e proibidos pela Justiça do Trabalho por meio de uma Ação Civil Pública (ACP) ajuizada pelo MPT e MPF em 2007.

A União, condenada na ACP, buscou como alternativa para substituir os convênios à criação da Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AGSUS), um órgão vinculado ao MS, que tem como uma de suas competências a de realizar a contratação dos trabalhadores e das trabalhadoras para o SASISUS, atualmente contratados por OS cujos convênios se encerram em 31/12/2024, instalando assim um processo de transição que o SINDCOPSI defendeu e esperava ser transparente, democrático, participativo e justo.

A mudança das contratações utilizando a AGSUS foi submetida à consulta prévia aos povos indígenas, como determina a Convenção 169 da OIT, e foi aprovada pelos 34 Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI), que são organizações de controle social na saúde indígena (Lei 8.142/90), tendo sido apresentada a proposta de migração imediata e automática, a partir de 1º de janeiro de 2025, de 100% da força de trabalho contratada pelos convênios, porém esta realidade não está ocorrendo e a transição tem sido um sofrimento para os trabalhadores e as trabalhadoras pelos motivos explicitados a seguir.



Porém, ministra Nísia e presidente Lula, o que temos visto é uma verdadeira "caça as bruxas", JOGO DE INTERESSES, praticadas por coordenações de DSEI, apoiada ou sob a conivência da gestão central da SESAI que, por meio de "processo de avaliação de desempenho", cujo principal objetivo deveria ser para melhorar a gestão e as ações de saúde indígena vêm sendo de ameaça e terrorismo com trabalhadores, a avaliação de desempenho é um instrumento legítimo, quando este é executado com critérios e transparência, por isso é fundamental que as áreas técnicas dos DSEI, quando somado com a avaliação do controle social disponibilize o resultado final ao profissional avaliado para não caracterizar exclusão por perseguição. O fim dos convênios e a adoção de um modelo de gestão de pessoas com contratos mais estáveis e permanentes, sob a gestão direta do MS, por meio da AGSUS, tão sonhado e defendido pelo SINDCOPSI, vêm se transformando num grande pesadelo para os trabalhadores e as trabalhadoras que há mais de vinte anos sonhavam com este momento, e que para isto a grande maioria contribuiu e lutou pela eleição do presidente Lula em 2022 porque, sendo ele o responsável pela criação da SESAI em 2010, esperamos ser ele também o responsável pelo fim das contratações injustas e impermanentes realizadas por meio de convênios. Porém, o que o SINDCOPSI tem recebido são inúmeras denúncias de prática de assédio moral, perseguições, discriminações e encaminhamentos de demissões de trabalhadores e trabalhadoras que há muitos anos vêm dedicando suas vidas cuidando das vidas de indígenas crianças, adolescentes, mulheres e homens, provocando um clima coletivo de insegurança e muito sofrimento mental.

Por tudo isto e na certeza de que esta situação não é do conhecimento da ministra Nísia Trindade, do presidente Lula, nem do MPT e MPF, é que o SINDCOPSI decidiu divulgar esta Nota Pública e denunciar o pesadelo que os trabalhadores e as trabalhadoras da saúde indígena estão sendo submetidos (as), e solicitar à ministra Nísia e ao presidente Lula que intervenham para evitar tanto sofrimento aos trabalhadores e às trabalhadoras da saúde indígena que contribuem diariamente, todos os dias da semana, mês após mês, para minimizar o sofrimento dos indígenas dos 305 povos indígenas que vivem em nosso país, e solicitar ao MPT e MPF que investiguem o que vem ocorrendo no processo de transição e adotem as providências cabíveis.

Recife, 26 de dezembro de 2024.

Diretoria Executiva Nacional do SINDCOPSI